

COMUNICAÇÃO, DISCIPLINARIDADE E PENSAMENTO COMPLEXO¹

Maria Immacolata Vassallo de Lopes²

Resumo: *A origem e o desenvolvimento de campos de estudos como a Comunicação provém de um duplo movimento. O primeiro é um movimento interno da própria ciência que é de convergência e de sobreposição de conteúdos e metodologias, e que se faz notar de forma crescente no desenvolvimento histórico recente das Ciências Sociais. O segundo é o movimento de ruptura histórica ocasionado pelo que se convencionou chamar de processo de globalização.*

No presente texto dou seguimento a reflexões anteriores sobre o tema, para agora enfocar o duplo movimento acima assinalado, discutindo, em forma de notas, as seguintes questões:

- 1. a globalização como novo paradigma histórico e epistemológico das ciências humanas e a crítica à disciplinarização das ciências humanas e sociais*
- 2. o pensamento complexo e a crise das ciências*
- 3. a transdisciplinaridade e o deslocamento de saberes*

Palavras-Chave: *Campo da comunicação. Pensamento complexo.
Transdisciplinaridade*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Epistemologia”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.

² Universidade de São Paulo. immaco@usp.br.

1. O sentido da noção de campo e de campo científico

A produção da ciência depende intrinsecamente das suas condições de produção. Estas são dadas pelo contexto discursivo que define as condições epistêmicas de produção do conhecimento e pelo contexto social que define as condições institucionais e sócio-políticas dessa produção. A autonomia relativa do "tempo lógico" da ciência em relação ao "tempo histórico" é que faz da sociologia da ciência ou do conhecimento um instrumento imprescindível para "dar força e forma à crítica epistemológica ou crítica do conhecimento, pois permite revelar os supostos inconscientes e as petições de princípios de uma tradição teórica" (Bourdieu, 1997:99).

É dentro dos marcos da sociologia da ciência que Pierre Bourdieu desenvolve sua noção de campo científico. De antemão, vale-se de sua noção de campo: "Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias" (Bourdieu, 1997:57). Fazer sociologia da ciência, segundo o autor, é analisar as condições sociais de produção desse discurso e que são a estrutura e o funcionamento do campo científico. O campo científico é análogo ao acadêmico, pois residem aí tanto as condições de produção (sistema de ciência) como de sua reprodução (sistema de ensino).

Seguindo Bourdieu (1983: 122-155), o campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas, é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial pelo monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder político; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade, que é socialmente outorgada a um agente determinado. Essa legitimidade é, portanto reconhecida socialmente pelo conjunto dos outros cientistas (que são seus concorrentes), à medida que crescem os recursos científicos acumulados e, correlativamente, a *autonomia* do campo.

Ao sublinhar a indissolubilidade entre o saber especializado e o reconhecimento social presente na *autoridade* do cientista, Bourdieu afirma que a posição de cada um no campo é tanto uma posição científica como uma posição política e que suas estratégias para manter ou conquistar lugar na hierarquia científica possuem sempre esse duplo caráter. Correlativamente, os *conflitos epistemológicos* são, sempre, inseparavelmente, *conflitos políticos* e, assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas. Resulta, então ser "inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais (políticas) das práticas essencialmente *sobredeterminadas*" dos agentes envolvidos (Bourdieu, 1983:124).

A importância da noção de campo científico de Bourdieu é essencialmente heurística por diversas razões. Em primeiro lugar, por permitir romper com a imagem hagiográfica que vem normalmente incorporada à noção de "comunidade científica", mesmo em autores como Kuhn (1976) que dá lugar ao conflito em sua teoria funcionalista da evolução científica. Em segundo lugar porque, dentro da concepção estruturalista que está na base de sua análise do campo, Bourdieu analisa dialeticamente as posições estruturadas com as práticas estruturantes dos agentes. As práticas são vistas como *estratégias*, portanto, como ações refletidas, sempre com o duplo caráter indicado acima (científico e político) e que se orientam como *estratégias de conservação/sucessão* ou *estratégias de subversão*. Essas estratégias dependem das posições ocupadas pelos agentes no campo, isto é do capital científico e do poder que ele lhes confere. Os agentes chamados por Bourdieu de *dominantes* dedicam-se às estratégias de conservação ou de sucessão (através de seus discípulos) visando assegurar a manutenção da ordem científica com a qual se identificam. Essa ordem, a que ele chama de *ciência oficial*, não se reduz ao conjunto de recursos científicos herdados do passado que existem no *estado objetivado*, sob a forma de instrumentos, obras, instituições, etc., e no *estado incorporado* sob a forma de hábitos científicos, sistemas de esquemas gerados de percepção, de apreciação e de ação. São também uma espécie de ação pedagógica que torna possível a escolha dos objetos, a solução dos problemas e a avaliação das soluções, que é a essência do *sistema de ensino*. Complementarmente, existem instâncias especificamente encarregadas da consagração (academias, prêmios) e ainda o sistema de

circulação constituído pelas revistas científicas, livros e congressos, que operam em função de critérios oficiais de avaliação.

Temos aí delineado um quadro de análise de grande densidade explicativa. A ciência acaba sendo definida por Bourdieu como um campo de práticas institucionalizadas de produção (pesquisa), reprodução (ensino) e circulação de capital e poder científicos. Entretanto, devido à distinção que ele traça entre formas objetivadas das práticas (rituais) e formas subjetivadas dessas práticas (estruturas mentais interiorizadas, isto é, habitus), é possível identificar aí o que outros autores trabalham como sendo as representações sociais (Moscovici). As representações sociais da ciência funcionam como matéria prima das identidades científicas, fruto das formas simbólicas introjetadas, isto é, da cultura científica interiorizada. Cabe aqui retomar a idéias de ações estratégicas dos sujeitos agentes (agency) antagônicas - e que o antagonismo, seguindo Bourdieu, é o princípio da estrutura e da transformação de todo campo social - que agem no sentido da continuidade (estratégias de conservação) e da mudança (estratégias de subversão). Bourdieu, diferente de Kuhn, acredita ter havido uma revolução inaugural na ciência quando ela se autonomizou dos campos político e religioso, com a revolução copernicana, "que nos dá o paradigma no verdadeiro sentido da palavra" (p.141). Com o crescimento da autonomia do campo científico, o próprio funcionamento deste, como "ciência normal", passa a se definir através de "revoluções ordenadas", como diz Bachelard, ou revoluções permanentes, que estão inscritas na própria lógica da história da ciência, isto é, da polêmica científica. O que leva Bourdieu a afirmar que o campo científico "encontra na ruptura contínua o verdadeiro princípio de sua continuidade" (p.143). É que o campo provê permanentemente as condições tácitas da discussão que se desenha entre a ortodoxia e a heterodoxia, entre o controle e censura, por um lado, e a invenção e ruptura, por outro.

Esta reprodução da análise do campo científico feita por Bourdieu justifica-se, a nosso ver, pelas seguintes razões:

- 1) para criticar aqueles que apressadamente vêem nas mudanças internas de uma "ciência normal" sempre sinais de "crise de paradigmas";

- 2) para impedir que se identifique automaticamente lutas institucionais com lutas epistemológicas ou, dito de outro modo, as conquistas institucionais são condições necessárias, porém não garantem *per se* o fortalecimento teórico de um campo;
- 3) para evitar que se confunda o subcampo do ensino (reprodução) com o subcampo da pesquisa (produção) dentro do campo acadêmico.

Acreditamos que esse delineamento básico ajudará a esclarecer a questão da disciplinarização do campo das ciências humanas.

2. A difícil herança disciplinar das ciências humanas e a questão da sua institucionalização

Como vimos, a crítica da ciência não é nova. Qualquer estudo é sempre feito dentro dos quadros de referência herdados do passado de uma ciência, do que é sua história ou sua tradição. Porém, os objetos de estudo, por seu caráter histórico, dinâmico e mutável, colocam permanentemente em cheque essa tradição no sentido de sua renovação e revisão. A tradição é vista como um ponto de partida, na qual enraiza-se a identidade de uma ciência, porém, nunca no sentido fechar um saber, mas de abri-lo para dar continuidade à sua construção, pois um saber não é, em essência, nem estático, nem definitivo. É sobre a tensão constante entre a tradição e a mudança no campo científico que reside a base do surgimento de estudos e diagnósticos que buscam sua reestruturação. Como afirma Octavio Ianni: "se as ciências sociais nascem e desenvolvem-se como formas de autoconsciência científica da realidade social, pode-se imaginar que elas podem ser seriamente desafiadas quando essa realidade já não é mais a mesma. O contraponto de pensamento e pensado, ou de lógico e histórico, pode alterar-se um pouco, ou muito, quando um dos termos modifica-se; e mais ainda quando ele se transfigura (Ianni, 1994: 171). Tomada como novo paradigma histórico-social, a *sociedade global* produz uma ruptura histórica de amplas proporções e em todas as dimensões. No dizer de Ianni, "com as metamorfoses do 'objeto' e a simultânea alteração das possibilidades que se abrem ao 'sujeito' da reflexão, colocam-se novos desafios não só metodológicos e teóricos, mas também epistemológicos" (Ianni, 1998:34).

Nos últimos anos, nas ciências sociais as diversas tradições teórico-metodológicas, tal como nas ciências humanas em escala mais ampla, têm sido postas em revisão.

O que se nota é um movimento de convergência de saberes especializados sobre a comunicação, entendido mais como movimento de *intersecção* que não é, em hipótese alguma, uma amálgama ou síntese de saberes. É, antes um produto das relações entre o objeto de estudo, a especificidade das contribuições analíticas e a particularidade da evolução histórica entre ambos. São os percursos disciplinares já trilhados nas tradições dos estudos da cultura da que autorizam citar Canclini que diz: "Estudar a cultura requer converter-se num especialista de intersecções" (Canclini, 1999: 69).

Por outro lado, isso significa abrir mão das certezas disciplinares e do poder dado pela ortodoxia, a que Giddens (1996) chama de "consenso ortodoxo". Ao contrário, o pensamento heterodoxo impele a estratégias de mudança, como vimos em Bourdieu, e nos leva de volta ao caráter institucional do campo científico.

A institucionalização das ciências sociais

O relatório da *Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais*, presidida por Immanuel Wallerstein e publicado com o título de *Abrir as ciências sociais* (1996) está estruturado ao redor de uma discussão histórica dos processos de *disciplinarização* das ciências sociais desde o século XVIII até a atualidade.

Há dois pontos polêmicos que constam do Relatório Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais.

O primeiro é o de que a divisão interna das ciências sociais em múltiplas disciplinas resultou principalmente de decisões institucionais que quase sempre mantiveram laços fracos com o debate propriamente epistemológico. E o segundo ponto é a proposta de trabalho transdisciplinar com base na crítica da prática interdisciplinar.

O Relatório Gulbenkian tem por base a história dessas ciências feita com base em seu crescente processo de institucionalização e de mudanças nas formas organizativas do trabalho científico. Detém-se nas mudanças ocorridas a partir de 1945, no pós-guerra, com o desenvolvimento da guerra fria, os investimentos no desenvolvimento científico e a concentração dos polos científicos em alguns países, com a hegemonia dos Estados Unidos. Entre as consequências destas mudanças a nível mundial sobressai a questão da *validade das distinções no interior das ciências sociais*, baseada em clivagens estabelecidas pelo paradigma da ciência do século XIX para as então nascentes ciências sociais, passa a ser profundamente contestada. Essas clivagens eram: a) a demarcação entre o estudo do mercado (a economia), do estado (a ciência política) e da sociedade civil (a sociologia); b) a divisão entre o estudo do mundo moderno/ocidental (a economia, sociologia e política) e o mundo não-moderno/não-ocidental (a antropologia); c) do mundo presente (a economia, sociologia e política) e o mundo passado (a história). Posteriormente a 1945, a inovação acadêmica mais importante foi, segundo o relatório, a criação de estudos por áreas ou regiões (URSS, China, América Latina, África, Europa Central, Sudeste Asiático, etc) , uma nova categoria institucional (a geográfica) que levou a um reagrupamento do trabalho intelectual. Esses novos estudos por área eram, por definição, "multidisciplinares" e as "motivações políticas subjacente à sua origem eram bastante explícitas (p.60). Chama-se a atenção para o fato de que os estudos por áreas atraíram para o interior de uma estrutura única pessoas cuja filiação disciplinar atravessava *transversalmente* as três clivagens já referidas. Cientistas sociais de origens e inclinações diferentes encontraram-se frente a frente com geógrafos, historiadores da arte, estudiosos das literaturas nacionais, epidemiologistas e até geólogos. Passaram a produzir currículos em conjunto, a participar nas bancas de doutoramento dos alunos uns dos outros, a assistir congressos organizados por especialistas de cada área e, principalmente, passaram a ler os livros uns dos outros e a publicar artigos nas novas revistas transdisciplinares de cada especialidade. Estas práticas vieram pôr a nu o muito que havia de artificial nas rígidas divisões institucionais do conhecimento associado às ciências sociais.

Consideramos importante transcrever a avaliação que o Relatório faz desse movimento de convergência e de sobreposição entre as disciplinas. "Não só se tornou cada vez mais complicado achar linhas de diferenciação nítidas entre elas, quer no respeitante ao seu objeto concreto de estudo, quer no que concerne às modalidades de tratamento dos dados, como

também sucedeu que cada uma das disciplinas se tornou cada vez mais heterogênea, devido ao alargamento das balizas dos tópicos de investigação considerados aceitáveis. Uma das formas de lidar com esta situação foi a tentativa de criar novas designações 'interdisciplinares', como sejam os estudos da comunicação, as ciências da administração e as ciências do comportamento". Estes campos "interdisciplinares" manifestaram um "questionamento interno considerável em torno da coerência das disciplinas e a legitimidades das premissas intelectuais que cada uma delas havia utilizado para defender seu direito a uma existência autônoma" (p.72-3).

O segundo ponto polêmico do Relatório é a proposta de reestruturar as ciências sociais com base no estabelecimento, no interior das estruturas universitárias, de *programas integrados de investigação transversais* às balizas de demarcação tradicionais, os quais seriam "novas vias de diálogo e de troca para *além* das disciplinas e não apenas *entre* elas" (p. 124).

A crítica à interdisciplinaridade é explícita e, não obstante reconhecer-se que se constituiu numa forma de abordagem criativa, ela não teria implicado uma frutuosa fertilização recíproca entre as disciplinas, condição única que faria a interdisciplinaridade merecedora de um maior aprofundamento e desenvolvimento.

Em trabalho anterior, Wallerstein (1991) já criticara os méritos da pesquisa e do ensino interdisciplinar em seu duplo sentido. O primeiro é o da combinação de perspectivas de diversas disciplinas sobre um objeto (por exemplo, o trabalho) e a lógica dessa abordagem leva à formação de uma equipe multidisciplinar ou a um só pesquisador estudando diversas disciplinas relacionadas ao objeto. O segundo sentido é o da localização do objeto nas fronteiras de duas ou mais disciplinas, sendo que a lógica desta abordagem pode dirigir-se eventualmente ao desenvolvimento de uma nova disciplina autônoma (é o que aconteceu com a lingüística, por exemplo).

"Sabe-se que as múltiplas disciplinas existem desde que há múltiplos departamentos acadêmicos nas universidades em todo o mundo, cursos de graduação nessas disciplinas e associações nacionais e internacionais de pesquisadores destas disciplinas. Isto é, nós sabemos *politicamente* que diferentes disciplinas existem. Elas tem uma organização

delimitada, estrutura e pessoal para defender seus interesses coletivos e assegurar sua reprodução coletiva. Mas isto nada nos diz acerca da validade das *exigências intelectuais* da separação, exigências que presumivelmente justificam só a rede organizativa" (Wallerstein, 1991: 239).

Por isso, os méritos do trabalho interdisciplinar nas ciências sociais não chegaram a solapar significativamente a força dos aparatos organizacionais que protegem as disciplinas separadas. E mesmo, o contrário pode ser verdadeiro. Um pesquisador, ao justificar que precisa aprender do outro o que não pode conseguir no seu próprio nível de análise com suas metodologias específicas e que o "outro" conhecimento é pertinente e significativo para a resolução dos problemas intelectuais sobre os quais está trabalhando, tende a reafirmar e não a embaralhar os dois conhecimentos. O trabalho interdisciplinar não é, *per se*, uma crítica da compartimentação existente nas ciências sociais, além de lhe faltar o toque político para afetar as estruturas institucionais existentes.

Mas, pergunta o autor: as várias disciplinas das ciências sociais são disciplinas?

Etimologicamente, a palavra *disciplina* é vinculada a discípulo ou estudante e é antitética à *doutrina* que é a propriedade do doutor ou professor. Portanto, doutrina concerne à teoria abstrata e disciplina é relativa à prática e ao exercício. A primeira tem a ver com a produção e a segunda com a reprodução do conhecimento.

Na história das ciências sociais, uma disciplina só aparece depois de um longo trajeto de prática quando torna-se doutrina, ensinada e justificada pelos doutores e professores. Mas com isso, pergunta-se o autor, atingiu-se um nível defensável e coerente de análise ou apenas separou-se um assunto?

Todas as divisões em assuntos derivaram intelectualmente da ideologia liberal dominante no século XIX, que argumentava que o estado e o mercado, a política e a economia, eram setores analiticamente separados, cada um com suas regras ou "lógicas" particulares. Sabemos o que as dificuldades de fronteiras causaram nos itinerários intelectuais dos campos (sociologia, política, economia e antropologia), e que eles foram complexos e variados. Porém como o mundo real evoluiu, a linha de contato entre "primitivo" e "civilizado", "político" e

"econômico" embaraçou-se. Invasões intelectuais tornaram-se comuns, porém os invasores moveram as estacas mas não as quebraram.

A questão diante de nós, hoje, é se há algum critério intelectual que possa ser usado para assegurar de um modo relativamente claro e defensável as fronteiras entre as quatro presumidas disciplinas de antropologia, economia, ciência política e sociologia. A "análise do sistema-mundo" (*world systems analysis*), proposta pelo autor, responde com um inequívoco "não" a esta questão. "Todos os critérios presumidos - nível de análise, objeto, métodos, teorias - ou não são verdadeiros na prática ou, se sustentados, são linhas divisórias para um conhecimento adicional mais do que estímulos para a sua criação." (p. 241).

Ou, colocado de outro modo, as diferenças dentro de uma disciplina tendem a ser maiores do que as diferenças entre elas. Isto quer dizer na prática que a sobreposição é substancial e na histórias desses campos, ela tem crescido todo o tempo. Isto não quer dizer que todos os cientistas sociais devam fazer um trabalho idêntico. Há sempre necessidade de especialização em *campos de estudo (fields of inquiry)*. O autor dá um exemplo esclarecedor de que especialização e disciplinarização não são sinônimos, mas que a Segunda é uma forma própria do século XIX para controlar a primeira. Entre 1945 e 1955, as disciplinas separadas botânica e zoologia fundiram-se em uma única disciplina chamada biologia. Desde então a biologia tem sido uma disciplina florescente e gerou muitos sub-campos mas nenhum que tenha os contornos da botânica ou da zoologia.

Portanto, os *campos de estudo* aparecem como um novo padrão emergente a que se pode chamar *transdisciplinarização* ou *pós-disciplinarização*, quer dizer, um movimento para a superação dos limites entre especialidades fechadas e hierarquizadas, e o estabelecimento de um campo de discurso e práticas sociais cuja legitimidade acadêmica e social vai cada vez mais depender da profundidade, extensão, pertinência e solidez das explicações que produza, do que do prestígio institucional acumulado.

Em resumo, a crítica à compartimentação das ciências sociais tem, portanto, a ver com clivagens colocadas por paradigmas histórico-intelectuais do século XIX e que, segundo o Relatório Gulbenkian, são mais clivagens ideológicas e organizativas do trabalho intelectual

do que propriamente derivadas de exigências internas do conhecimento, isto é, epistemológicas, teóricas e metodológicas.

Há, entretanto, outro aspecto que deveria ser acrescentado a esse poderoso argumento. Trata-se da *relação orgânica* entre as ciências sociais e a comunicação na medida em que a sociedade moderna foi sendo cada vez mais plasmada nas formas da comunicação moderna. Dois exemplos são suficientes: um saber como o da antropologia não seria possível sem o encontro entre civilizações e grupos humanos diferentes em escala cada vez mais intensa e um estudo como o de Habermas sobre a opinião pública revelando a importância desta na constituição da sociedade civil moderna, e a emergência da idéia de esfera pública ligada aos mecanismos da informação e da comunicação social. Daí, no dizer de Vattimo, "as ciências humanas, ciências que nascem de fato somente na modernidade, estão condicionadas, em uma relação de determinação recíproca, pela constituição da sociedade moderna como sociedade da comunicação. As ciências humanas são ao mesmo tempo efeito e meio do posterior desenvolvimento da sociedade da comunicação generalizada" (Vattimo, 1987). Chega-se assim a definir a intensificação dos fenômenos comunicativos, a acentuação da circulação das informações não somente como um aspecto a mais da modernização, senão como o próprio centro e o sentido mesmo deste processo.

É no objeto-mundo "com sentido" que as ciências humanas e a comunicação se encontram. No mundo "comunicado", que tanto os *media* como as ciências humanas nos oferecem, constitui-se a objetividade mesma do mundo e não somente interpretações diferentes de uma "realidade" de alguma maneira "dada". A realidade do mundo como algo que enfim não é uma reunião de visões disciplinares do empirismo ingênuo, mas algo que se constrói como contexto de múltiplas narrativas. Tematizar o mundo nestes termos é precisamente a tarefa e o significado das ciências humanas. É neste sentido também, que o debate metodológico passa a ocupar um amplo espaço nas ciências sociais de hoje, porque discutir a realidade globalizada ou mundializada, como paradigma social e epistemológico, passa a ser uma questão central e substantiva para desdogmatizar as ciências sociais e discutir a própria construção da ciência como discurso. Admitir o caráter intrinsecamente histórico desse discurso (epistemologia histórica de Bachelard) é reconhecer nas ciências sociais as formas de autoconsciência social em que elas sempre se constituíram (Ianni), através da revelação das pluralidades dos mecanismos e das armaduras internas de sua construção.

3. O paradigma transdisciplinar do pensamento complexo

O pensamento complexo na ciência (Morin, 2000a; 2000b) é um paradigma epistemológico transdisciplinar, porque constituído por um certo tipo de relação lógica extremamente forte entre noções mestras, noções-chave e princípios-chave das mais diversas origens disciplinares.

Contrário à simplificação, Morin (1982:246) define paradigma da complexidade “como o conjunto de princípios de inteligibilidade que, ligados uns aos outros, poderiam determinar as condições de uma visão complexa do universo físico, biológico, antropossocial”. Assim, segundo ele, o paradigma da complexidade não produz nem determina a inteligibilidade. Pode somente incitar a estratégia-inteligência do sujeito investigador a considerar a complexidade do problema estudado. Incita a distinguir e fazer comunicar em vez de isolar e de disjuntar, a reconhecer os traços singulares, originais, históricos do fenômeno em vez de ligá-los pura e simplesmente a determinações ou leis gerais, a conceber a unidade-multiplicidade de toda a entidade em vez de torná-la heterogênea em categorias separadas ou de homogeneizá-la numa totalidade indistinta. Incita a dar conta dos caracteres multidimensionais de toda a realidade estudada. O pensamento complexo só se manifesta à custa de uma recriação intelectual permanente, pois de outro modo arrisca-se a degradar-se, isto é, a simplificar-se. Hoje, um dos sintomas da “crise dos paradigmas” está na simplificação da teoria. Segundo Morin, a simplificação da teoria é de triplo espectro. Primeiro, ela está na *degradação tecnicista*, conservando-se da teoria aquilo que é operacional, manipulador, o que pode ser aplicado; a teoria deixa de ser *logos* para tornar-se *tecné*. Segundo, a simplificação está na *degradação doutrinária*, pela qual a teoria torna-se doutrina, ou seja, torna-se cada vez menos capaz de abrir-se à prova da experiência, ao confronto do mundo exterior. E, terceiro, na *pop-degradação*, quando através da eliminação das dificuldades, reduz-se a teoria a uma fórmula de choque, à sua vulgarização.

Por outro lado, o passado das Ciências Sociais foi feito de certezas conflitantes entre si e achamo-nos num presente caracterizado por grandes questionamentos, os quais incluem o próprio questionamento da possibilidade intrínseca de se possuir certezas.

É ao mesmo a que se refere, em outros termos, Prigogine com o “fim das certezas”.

A tônica em que insisto vai para aquilo que é complexo, temporal, instável, e que corresponde a um movimento transdisciplinar que se afirma progressivamente. A crítica central recai sobre a artificialidade dos limites disciplinares construídos notadamente no século XIX, tanto entre os domínios das Ciências Exatas, das Ciências Sociais e das Humanidades, como entre as disciplinas dentro de cada domínio, limites esses que foram mantidos mais por tradições institucionais do que intelectuais. Os desafios trazidos pela compreensão de novos campos de estudo, como é a Comunicação, encaminham para a formação de novas sínteses disciplinares ou convergências disciplinares, isto é, de *transdisciplinas* ou *pós-disciplinas*.

A possibilidade de que a Comunicação aproveite positivamente dessa e de outras maneiras as conjunturas epistemológicas e metodológicas que a “crise dos paradigmas” nas Ciências Sociais abriu, pode advir paradoxalmente do fato de ela ser um espaço de conhecimento onde a institucionalização disciplinar tem sido mais débil (Lopes, 2004). Apesar das condições desfavoráveis que isso supõe, talvez daí ela tenha arrancado o sentido crítico e transformador que tem sido uma das marcas distintivas do pensamento latino-americano em Comunicação (Martín-Barbero, 1996).

Entretanto, como afirma Martín-Barbero (2003), a proposta transdisciplinar tem causado tensões e polêmicas, na medida em que a institucionalização de um campo supõe sua especialização disciplinar.

O ponto de partida acha-se exatamente no reconhecimento de que a transdisciplinaridade não é o oposto das disciplinas mas complementar a elas, pois que este novo rumo do conhecimento só tem sido possível com base em toda a riqueza de saberes produzida pelas distintas disciplinas e é precisamente essa a base que tem permitido e exigido dar um salto à frente e passar para um pensamento transdisciplinar.

A transdisciplina não busca manipular o que acontece no interior da disciplina mas o que sucede quando ela se abre ou melhor se quebra. Trata-se, portanto, de uma ruptura de outro nível, aquele que transborda as disciplinas arrancando-as de si mesmas. Com que o transdisciplinar significa, primeiro um movimento não de mera descentralização mas de descentramento do disciplinar, movimento de abertura que não é meramente tática mas implica numa perda da certeza quando uma disciplina começa a sentir que *não é dona de seu objeto*. Segundo, a transdisciplina não somente quebra e abre as disciplinas mas também as transborda pelo estabelecimento de relações cada vez mais densas não somente entre ciências exatas e ciências humanas e sociais, mas das ciências com as artes, com a literatura, com a experiência comum, com a intuição, com a imaginação social. Pois, não se trata somente de uma interação de discursos em termos de lógicas científicas, mas também da interação de discursos em termos de diversidade de linguagens e escrituras. Para poder falar de certos problemas, de certos fenômenos e processos há necessidade de novas *arquiteturas de linguagem*, capazes de abordar tudo o que certo *princípio de realidade* excluiu do âmbito do conhecimento e o que com Michel Serres (1991), vem se tematizando contra os dualismos pseudoconstituintes como o *terceiro-instruído*.

A transdisciplinaridade coloca então a necessidade de transbordar as disciplinas para um tipo de conhecimento capaz de dar conta tanto da multidimensionalidade dos problemas de sociedade, como também de começar a pensar a partir do mundo produzindo saberes de caráter atópicos, cujo lugar é o “sem lugar” já que não temos neste momento forma de situá-los em nenhuma das disciplinas.

Concluo que a transdisciplinaridade não é uma moda acadêmica, nem sequer um avanço acadêmico mas uma das transformações que Serres (2001) chamou “mutações de hominiscência”, que são as que vão além da humanização para os processos de hominização, pois vinculados a mutações na condição humana, que são as que marcam os obscuros inícios de uma mudança de época.

Referências Bibliográficas

- Bourdieu, Pierre (1983). O campo científico. In: *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática.
- Bourdieu, Pierre (1997). O ofício de sociólogo. Petrópolis: Vozes, 1997.
- García Canclini, Néstor (1999). De cómo Clifford Geertz y Pierre Bourdieu llegaron al exilio. In: Rossana Reguillo e Raúl Fuentes (coords.) *Pensar las ciencias sociales hoy*. Guadalajara: Iteso.
- Giddens, Anthony et al (1996). *Las consecuencias perversas de la modernidad*. Barcelona: Antropos.
- Ianni, Octavio(1994). Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo: USP/IEA, Vol. 8, 21.
- Kuhn, Thomas (1976). *Estruturas das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Lopes, Maria Immacolata V. (2003). Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata V. (org.). *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola.
- Martín-Barbero, Jesús (1996). Comunicación fin de siglo. Para donde vá nuestra investigación? *Telos*, 47, Madrid.
- Martín-Barbero. Jesús (2003). Transdisciplinaridad: notas para um mapa de sus encrucijadas cognitivas y sus conflictos culturales. Ponencia. Bogotá: Universidad Nacional.
- Morin, Edgar (1982). *Ciência com consciência*. Lisboa: Europa-América.

Morin, Edgar (2000a). *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro: Bertrand.

Morin, Edgar (2000b). Da necessidade de um pensamento complexo. In: Francisco Menezes Martins e Juremir Machado da Silva (orgs.) *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs.

Serres, Michel (1991). *Le tiers-instruit*. Paris: François Burin.

Serres, Michel (2001). *Hominescence*. Paris : Le Pommier.

Vattimo, Gianni (1987). *A sociedade transparente*. Lisboa: Espelho d'Água.

Wallerstein, Immanuel (1991). *Unthinking social science*. Cambridge: Polity Press.

Wallerstein, Immanuel et al (1996). *Para abrir as ciências sociais* (Relatório Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais) Lisboa: Europa-América.